



PROJETO DE LEI N.º 9.982, DE 2018

(Do Sr. Elizeu Dionizio)

Classifica a doença falciforme como deficiência.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA; SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

2

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A doença falciforme é considerada deficiência para todos os

efeitos legais.

Art. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A doença falciforme – causada por uma mutação no gene que produz

a hemoglobina A – é uma das doenças genéticas e hereditárias mais frequentes no

mundo, especialmente nas populações afrodescendentes. No Brasil, a prevalência

média é de um em cada mil indivíduos.

A doença pode causar complicações em praticamente todos os

órgãos. Tende a evoluir com piora ao longo do tempo, dificultando o tratamento e

limitando a qualidade e o tempo de vida dos acometidos. Muitos adultos apresentam

lesões crônicas associadas a crises agudas, acompanhadas de muita dor. As lesões

decorrem basicamente da obstrução de pequenos vasos por hemácias defeituosas.

somente minimizar os danos e o sofrimento dos pacientes.

A vida com a doença falciforme implica, portanto, sofrimento

Não existe um tratamento efetivo que leve à cura. Pretende-se tão

constante e sem grandes expectativas de melhora. As pessoas acometidas

efetivamente necessitam superar barreiras físicas, emocionais e sociais. Mesmo

assim, a doença não é classificada como deficiência pela legislação atual.

Este projeto de lei pretende sanar, então, grande injustiça. É legítimo

que as pessoas com doença falciforme façam jus aos mesmos direitos das pessoas

com deficiência, vez que enfrentam desafios semelhantes. A sociedade precisa

garantir a elas condições suficientes para que se desenvolvam a contento.

Nesse contexto, conto com o apoio de todos para a aprovação desta

propositura, que sana grave lacuna em nosso regramento.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 2018.

Deputado ELIZEU DIONIZIO

FIM DO DOCUMENTO